

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 02/14**

**Súmula:** Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 2005, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica acrescentado parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Nos casos de comprovada fraude ou irregularidade, e desde que devidamente motivado por relatório circunstanciado, poderá ser realizado o cancelamento da inscrição estadual, como medida acautelatória dos interesses da administração fiscal, garantidos o contraditório e a ampla defesa após esse procedimento."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 1.º FEV. 2014

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 10/02/2014

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



MENSAGEM  
Nº 002 /2014

Curitiba, em 06 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva acrescentar parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

Decorre a presente proposição da necessidade de autorizar o fisco a proceder o cancelamento de inscrição estadual de contribuinte no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, sem necessidade de anterior pré cancelamento, em situações em que se configure flagrante irregularidade, e quando a demora no procedimento venha a causar irreversível prejuízo aos cofres públicos.

Atualmente, mesmo configurada irregularidade, é concedido ao contribuinte infrator o prazo de até sessenta dias, entre a identificação da situação e o cancelamento da inscrição no CAD/ICMS, fornecendo a possibilidade de ampliação da prática sonegadora, pois na situação de "pré cancelamento" a inscrição estadual permanece na situação de ativa no sistema.

Assim, mesmo pré cancelado, o contribuinte poderá continuar a emitir NF-e - Nota Fiscal Eletrônica, além de obter Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual e participar de licitações.

Com a alteração proposta, o fisco estadual poderia, imediatamente, ao constatar as irregularidades, proceder a alteração da situação cadastral do contribuinte, com base em relatório circunstanciado lavrado por auditor fiscal, no qual constatassem as irregularidades, evitando a emissão de NF-e por emitente irregular na prática, porém regular no conceito legal (ativo no CAD/ICMS), garantindo ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa, após esse procedimento.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.284.824-0



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Destaca-se que não se pretende eliminar o conceito de "pré cancelamento", mas apenas permitir que, em casos específicos de flagrante irregularidade, o contribuinte irregular seja classificado imediatamente como cancelado, em vez de pré cancelado, estando, dessa forma, sujeito a todas as regras existentes nos sistemas da Secretaria de Estado da Fazenda relativas a contribuintes cancelados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

**SECRETARIA DE  
ESTADO DE GOVERNO** Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei Complementar 107 - 11 de Janeiro de 2005

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 6891 de 11 de Janeiro de 2005

**Súmula** Estabelece normas gerais sob direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Capítulo I**  
Das Disposições Preliminares

**Art. 1º.** Esta lei estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

**§ 1º.** São contribuintes, para os efeitos desta lei, as pessoas físicas ou jurídicas em qualquer situação de sujeição passiva tributária, inclusive nas hipóteses de responsabilidade, substituição, solidariedade e sucessão tributárias.

**§ 2º.** Estão também sujeitos às disposições desta lei os agentes de retenção de tributos, os representantes legais ou voluntários e os legalmente obrigados a colaborar com o fisco.

**Art. 2º.** A instituição ou a majoração de tributo atenderá aos princípios da eficiência econômica, da simplicidade administrativa, da flexibilidade, da responsabilidade e da justiça.

**§ 1º.** Considera-se economicamente eficiente o tributo que não interfere com a correta alocação de recursos produtivos da sociedade.

**§ 2º.** A administração tributária deve ser de baixo custo, quer para o fisco, quer para o contribuinte.

**§ 3º.** O tributo deve ser capaz de responder facilmente a mudanças no ambiente econômico.

**§ 4º.** A incidência do tributo e a aplicação do produto de sua arrecadação devem ser transparentes, para que os contribuintes saibam o quanto pagam e o porquê.

**§ 5º.** O tributo deve ser e parecer justo, atendendo aos critérios da isonomia, da capacidade contributiva, da equitativa distribuição do seu ônus, da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade.

**Art. 3º.** Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados na presente lei serão reconhecidos pela administração fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**Capítulo II**  
Das Normas Fundamentais

**Art. 4º.** A legalidade da instituição do tributo pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, a descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária.

**Art. 5º.** Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo.

**Art. 6º.** As leis instituidoras de taxa deverão identificar expressamente o serviço prestado ou





posto à disposição do obrigado ou indicar expressamente o exercício do poder de polícia que justificar a medida.

**Art. 7º.** Os impostos terão fatos geradores e base de cálculo de tal modo que possam ser objetivamente identificados.

**Art. 8º.** O exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidão em órgãos públicos independente de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias.

**Art. 9º.** As leis, regulamentos e demais normas jurídicas que modifiquem matéria tributária indicarão, expressamente, as que estejam sendo revogadas ou alteradas, identificando, com clareza, o assunto, a alteração e o objetivo desta.

**Parágrafo único.** A cada dois anos o Poder Executivo Estadual expedirá, por decreto, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada tributo.

**Art. 10.** A administração fazendária assegurará aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e à interpretação que oficialmente lhes atribua.

~~**Art. 11.** É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.~~

**Art. 11.** É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte regularmente inscrito, tais como a interdição de estabelecimento, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.  
(Redação dada pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)

**§ 1º.** Os regimes especiais de fiscalização, aplicáveis a determinados contribuintes, somente poderão ser instituídos nos estritos termos da lei tributária e em hipóteses claramente definidas.

**§ 2º.** Em nenhuma hipótese, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito pode ser aplicada quando a origem do débito tributário decorrer de inadimplência da administração pública, direta ou indireta, suas fundações ou autarquias.

**Art. 12.** A administração fazendária somente poderá desconsiderar os atos praticados pela sociedade mercantil e atribuir responsabilidade a seu administrador quando for comprovado que as obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, ou violação dos atos constitutivos.

**Art. 13.** Presumem-se legítimos, até que a administração fazendária comprove o contrário, os documentos e atos praticados pelo contribuinte dos quais decorram o nascimento de obrigações tributárias.

**Parágrafo único.** Ninguém será obrigado a atestar ou testemunhar contra si próprio, considerando-se ilícita a prova assim obtida do contribuinte.

**Art. 14.** Além dos requisitos de prazo, forma e competência, é vedado à legislação tributária estabelecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa.

**Parágrafo único.** Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente, como condição para admissibilidade de defesa ou recurso no processo administrativo-tributário.

### Capítulo III Dos Direitos do Contribuinte

**Art. 15.** São direitos do contribuinte:

**I** - ser tratado com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

**II** - poder exercer os seus direitos, ter acesso às informações pessoalmente ou por representante legal movido de instrumento procuratório, de que necessite e dar cumprimento às suas obrigações;



**III** - formular alegações e apresentar documentos antes das decisões administrativas, observando, quando for o caso, os prazos definidos na legislação, e tê-los considerados por escrito;

**IV** - ter ciência formal da tramitação dos processos administrativo-tributários, deles ter vista e obter as cópias que requeira, e conhecer formalmente as decisões neles proferidas;

**V** - fazer-se assistir por advogado;

**VI** - identificar o servidor de repartição fazendária e conhecer-lhe a função e atribuição do cargo;

**VII** - receber comprovante pormenorizado dos registros, documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização fazendária ou por ela apreendidos;

**VIII** - prestar informações apenas por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a 5 (cinco) dias;

**IX** - ser informado dos prazos para pagamento das prestações a seu encargo, inclusive multas e acessórios, com orientação completa quanto ao procedimento a adotar e à existência de hipóteses de redução do montante exigido;

**X** - obter certidão negativa de débito, ainda que o crédito tributário tenha sido extinto por causa diversa do pagamento, ou se tornado inexigível, sem prejuízo de nela constar a razão determinante da extinção ou da inexigibilidade;

**XI** - receber, no prazo definido na legislação, resposta fundamentada a pleito formulado à administração fazendária, inclusive pedido de certidão negativa e nos casos em que a legislação exija prévia certificação dos lançamentos do contribuinte;

**XII** - ter preservado, perante a administração fazendária, o sigilo de seus negócios, documentos e operações, quando não envolvam os tributos objeto de fiscalização;

**XIII** - não ser obrigado a exibir documento que já encontre em poder da administração pública;

**XIV** - receber da administração fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária, o mesmo tratamento que esta dispensa ao contribuinte em idênticas situações.

**Art. 16.** O contribuinte será informado do valor cadastral dos imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, para fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que incidam sobre a transmissão de bens ou direitos relativos à propriedade imobiliária.

**Parágrafo único.** Se a avaliação administrativa do imóvel não for aceita pelo contribuinte fica a avaliação contraditória na forma prevista em lei.

**Art. 17.** Ressalvadas as hipóteses de tributos sujeitos a posterior homologação de pagamento que independe de notificação, o contribuinte tem direito de, na forma da lei, ser notificado da cobrança de tributo ou multa.

**Parágrafo único.** A notificação deverá indicar as impugnações cabíveis, o prazo para sua interposição, o órgão competente para julgamento, o valor cobrado e seu respectivo cálculo, e, de maneira destacada, o não condicionamento da defesa a qualquer desembolso prévio.

**Art. 18.** O órgão no qual tramita o processo administrativo tributário determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.

**§ 1º.** A intimação deverá conter:

**I** - a identificação do intimado e o nome do órgão ou entidade administrativa;

**II** - a finalidade da intimação;

**III** - a data, hora, local de comparecimento;

**IV** - informação sobre a necessidade de comparecimento pessoal ou possibilidade de se fazer representar;

**V** - informação sobre a possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu comparecimento;



**VI** - a indicação dos fatos, provas e fundamentos legais pertinentes.

**§ 2º.** A intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto à data de comparecimento.

~~**§ 3º.** A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.~~

**§ 3º.** A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio, desde que seja identificada a pessoa citada e que esta possua poderes de representação do sujeito passivo.

(Redação dada pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)

**§ 4º.** No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

**§ 5º.** As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

**§ 6º.** O comparecimento do contribuinte supre a falta ou a irregularidade da intimação.

**Art. 19.** Serão objeto de intimação os atos do processo de que resultem, para o interessado, a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direito e atividades, assim como os atos de outra natureza que produzam efeitos na relação tributária.

☐ ~~**Art. 20.** a existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.~~

**Art. 20.** A existência de processo administrativo, em que a exigibilidade do crédito tributário esteja suspensa na forma da lei, e a existência de processo judicial em matéria tributária, em que haja garantia do juízo, não impedirá o contribuinte de fluir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações, salvo vedação expressa nessa lei.

(Redação dada pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)

**§ 1º.** Será concedida certidão positiva com efeito de negativa no período que medeia a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e a intimação da ação judicial de cobrança.

**§ 2º.** Na hipótese de o contribuinte haver ingressado com medida judicial visando a outorga de direito sobre tributo, a eventual iniciativa fiscal para prevenir a decadência e caso o processo administrativo se concluir antes da ação judicial, a administração fazendária somente poderá inscrever o débito tributário em dívida ativa após o trânsito em julgado desta.

☐ **Art. 21.** São assegurados, nos processos administrativo-fiscais, o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de deliberação.

**Parágrafo único.** A segunda instância administrativa será organizada como colegiado, no qual terão assento, de forma paritária, representantes da administração e dos contribuintes.

~~**Art. 22.** A atuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 10 (dez) dias a contar da intimação.~~

**Art. 22.** A atuação do contribuinte, exceto no caso de infrações verificadas por ocasião do transporte de mercadorias ou de configuração instantânea, dependente da análise de sua defesa prévia, apresentada em 10 (dez) dias a contar da intimação.

(Redação dada pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)

**Parágrafo único.** A não apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.

**Art. 23.** O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido definitivamente pela administrativa pública ou por sentença judicial transitada em julgado, poderá, por opção sua, ser compensado com débitos tributários próprios ou de terceiros.

**Parágrafo único.** Ao crédito tributário, objeto de compensação, aplicam-se os mesmos acréscimos legais incidentes sobre os débitos fiscais, contados desde o pagamento indevido.

#### Capítulo IV

#### Das Consultas em Matéria Tributária



**Art. 24.** Os contribuintes e as entidades que os representam poderão formular consultas à administração fazendária acerca da vigência, da interpretação e da aplicação da legislação tributária, observado o seguinte:

**I** - as consultas deverão ser respondidas por escrito e fundamentadamente, no prazo fixado em lei, sob pena de responsabilização funcional;

**II** - a pendência da resposta impede a atuação por fato que seja objeto da consulta;

**III** - enquanto pendente de resposta, a autoridade fazendária deverá aceitar a interpretação dada pelo contribuinte à hipótese objeto da consulta.

**Parágrafo único.** A administração fazendária é administrativa e civilmente responsável por dano que a conduta de acordo com a resposta à consulta imponha ao contribuinte.

**Art. 25.** Os contribuintes têm direito à igualdade entre as soluções a consultas relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica.

**§ 1º.** A diversidade de tratamento administrativo-normativo a hipóteses idênticas permite ao contribuinte a adoção do entendimento que lhe seja mais favorável.

**Art. 26.** Os princípios que regem o procedimento previsto para a discussão do lançamento tributário são aplicáveis, no que couber, ao direito de consulta do contribuinte.

☐ **Parágrafo único.** Na consulta, em razão da ausência de contencioso, não são aplicáveis os princípios do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

## Capítulo V

### Dos Deveres da Administração Fazendária

**Art. 27.** A Administração Fazendária, no desempenho de suas atribuições, pautará sua atuação de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes.

**Art. 28.** A utilização de técnicas presuntivas depende de publicação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, das orientações a serem seguidas e de sua base normativa, para conhecimento do sujeito passivo a fim de que este possa, se for o caso, impugnar sua aplicação.

**Parágrafo único.** Os indícios, presunções, ficções e equiparações legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal, na lei complementar ou em lei ordinária.

~~**Art. 29.** O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.~~

☐ **Art. 29.** O parcelamento do débito tributário faz com que o contribuinte retorne ao estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões com efeitos de negativa de débitos fiscais, desde que esteja em dia com pagamento das parcelas devidas.  
(Redação dada pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)

**§ 1º.** A administração fazendária não poderá recusar a expedição de certidões negativas, nem condicionar sua expedição à prestação de garantias, quando não exigidas na concessão do parcelamento.

~~**§ 2º.** O não pagamento das parcelas no prazo avençado permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e a retomada de eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.~~

**§ 2º.** O não pagamento das parcelas no prazo e no valor avençados permitirá à administração fazendária a imediata revogação do parcelamento, a inscrição em dívida ativa dos créditos residuais ainda não inscritos e eventuais ações judiciais cabíveis ao caso, exceto caso fortuito ou fato imprevisível, que provoque a quebra do equilíbrio do parcelamento.  
(Redação dada pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)

**Art. 30.** É vedado à administração fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:

**I** - recusar, em razão da existência de débitos pendentes, autorização para o contribuinte imprimir



documentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades;

**II** - induzir, por qualquer meio, a auto-denúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou prevalecimento da boa-fé, temor ou ignorância;

**III** - bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte, sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa;

**IV** - reter, além do tempo marcado no início do procedimento, fiscalizatório, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei;

**V** - fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se justificado por justo receio de resistência ao ato fiscalizatório; e

**VI** - divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.

**Art. 31.** O agente da administração fazendária não poderá deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 32.** A administração fazendária obedecerá, dentre outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

☒ **Art. 33.** Nos processos administrativos perante a administração fazendária, serão observados, dentre outros critérios, os de:

**I** - atuação conforme a lei e o Direito;

**II** - atendimento aos fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização de lei;

**III** - objetividade no atendimento do interesse jurídico, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

**IV** - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

**V** - divulgação oficial de teor das decisões em segunda instância proferidas em processos administrativos fiscais e respostas a consultas formalmente elaboradas pelos contribuintes, bem como dos demais atos administrativos de caráter relevante, assim considerados pela legislação pertinente, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

**VI** - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

☒ **VII** - indicação dos pressupostos e fundamentos de fato e de direito que determinarem a decisão;

**VIII** - observância das formalidades necessárias, essenciais à garantia dos direitos dos contribuintes;

**IX** - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos contribuintes;

**X** - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

**XI** - proibição de cobrança de despesas administrativas, ressalvadas as previstas em lei;

**XII** - impulsão, de ofício, do processo administrativo tributário, sem prejuízo da atuação dos interessados.

**Art. 34.** É obrigatória a emissão de decisão fundamentada, pela administração fazendária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo fixado em lei.

**Art. 35.** Os atos administrativos da administração fazendária, sob pena de nulidade, serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

**I** - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;





**II** - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

**III** - decidam recursos administrativo-tributários;

**IV** - decorram de reexame de ofício;

**V** - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; ou

**VI** - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo-tributário.

**§ 1º.** A motivação há de ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.

**§ 2º.** É permitida a utilização de meio mecânico para a reprodução de fundamentos da decisão, desde que haja identidade do tema e que não reste prejudicado direto ou garantia do interesse.

**§ 3º.** A motivação das decisões de órgãos, colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

**Art. 36.** A comunicação do agente fazendário ao Ministério Público, contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, só poderá ser formalizada após o encerramento do processo administrativo, com a constituição definitiva do crédito tributário, em que se comprove a irregularidade fiscal de natureza dolosa ou fraudulenta.

~~**Art. 37.** O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguido contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa como sujeito passivo tributário.  
(Revogado pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)~~

~~**Art. 38.** É obrigatória a inscrição do crédito tributário em dívida ativa no prazo de até 90 (noventa) dias contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional pela omissão, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo 2º, do artigo 20.  
(Revogado pela Lei Complementar 118 de 14/02/2007)~~

**Art. 39.** O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objetivo, vinculando a administração fazendária.

**Parágrafo único.** Do termo a que alude o *caput* deste artigo deverá constar o prazo máximo para a ulatimação das diligências que não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável, justificadamente, uma única vez por 90 (noventa) dias.

## **Capítulo VI**

### **Da Defesa do Contribuinte**

**Art. 40.** A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente, individualmente ou a título coletivo.

## **Capítulo VII**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 41.** Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programa e revitalização das empresas, modulando o fluxo de pagamento dos impostos inadimplidos em função do faturamento mensal.

**Art. 42.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 11 de janeiro de 2005.

*Roberto Requião*  
Governador do Estado

*Heron Arzua*  
Secretário de Estado da Fazenda

*Caíto Quintana*  
Chefe da Casa Civil



-----

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

---

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SÊEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO



[topo](#)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2014**

**Projeto de Lei Complementar nº 01/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 002/14**

Acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 2005, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

**EMENTA: CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO  
ESTADUAL DE CONTRIBUINTES.  
POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 13, I DA CE.  
ART. 24, I E 155, II DA CF. COMPETÊNCIA  
DO PODER EXECUTIVO.  
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.  
PARECER FAVORÁVEL.**

**RELATÓRIO**

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo acrescentar o parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107/2005, para autorizar o fisco a proceder o cancelamento de inscrição estadual de



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



contribuinte no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS, sem necessidade de anterior pré cancelamento, em situações em que se configure flagrante irregularidade, e quando a demora no procedimento venha a causar irreversível prejuízo aos cofres públicos.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A Constituição da República determina especificamente a competência de cada ente federativo e, no caso em tela, legislar sobre direito tributário também é competência dos Estados:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifo nosso)**

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e dá legitimidade e competência aos Estados e Distrito Federal para legislar sobre ICMS:

**Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:**

**(...)**

**II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;**

Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**

  
  
  
  
  
**PROVADO**

**18.02.14**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/14**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 002/2014, que acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida visa alterar a Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005.

De igual modo, constata-se na justificativa do autor que, com a presente proposta, o fisco estadual poderia, tão logo constatar as irregularidades, proceder a alteração da situação cadastral do contribuinte, evitando a emissão de NF-e por emitente irregular na prática, porém regular no conceito legal, garantindo ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa, após esse procedimento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Vale frisar que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 65, 66 e 87, asseguram a iniciativa e a competência ao Governador do Estado, de propor matérias dessa natureza.

Assevera-se ainda que, a Constituição Federal em seu art. 24, inciso I, assegura que os Estados também podem legislar sobre direito tributário. Ainda o art. 155, inciso II, do mesmo diploma legal, dá total autonomia aos Estados para tratarem do tema proposto.

**CONCLUSÃO**

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/03/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2014**

Autor: Deputado Poder Executivo

Relator: Deputado Nelson Garcia

**Súmula:** MENSAGEM Nº002/2014-  
ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO  
ART.30 DA LEI COMPLEMENTAR Nº107,  
DE 2005, QUEESTABELECE NORMAS  
GERAIS SOBRE DIREITOS E GARANTIAS  
APLICÁVEIS NA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA  
DO CONTRIBUINTE COM A  
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO  
ESTADO DO PARANÁ.

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Complementar nº 1/2014, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo, mensagem nº002/2014- acrescentar parágrafo único ao art.30 da lei complementar nº107, de 2005, que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a administração fazendária do Estado do Paraná.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa**



Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

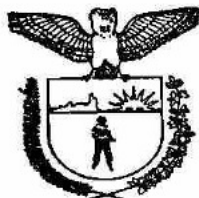
Em relação à tramitação do PL nesta casa legislativa, uma vez lido em expediente e autuado foi encaminhada para Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais, comissão essa que exarou parecer favorável.

Na sequência o PL foi encaminhada para a Comissão de Finanças, na qual também foi aprovada e então encaminhada a esta Comissão de Indústria e Comércio, na qual designei como relator o Deputado Nelson Garcia.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Observa-se a importância da alteração do parágrafo único, que desde comprovada fraude ou irregularidade, poderá ser realizado o cancelamento da inscrição estadual, como medida acautelatória dos interesses da administração.

Importante reforçar que não é intenção, desfazer o conceito pré-cancelamento, mas tão somente, que o contribuinte irregular seja autuado imediatamente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 01/2014, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2014.

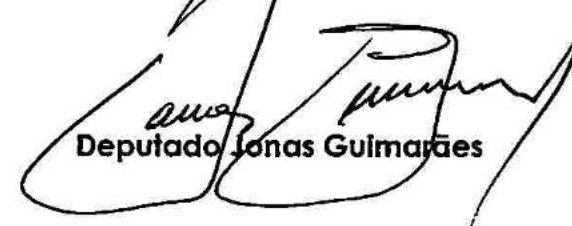
  
Deputado André Bueno  
Presidente

  
Deputado Nelson Garcia  
Relator

  
Deputado Cairo Quintana

  
Deputado Dúlio Genari

  
Deputado Wilson Quintero

  
Deputado Jonas Guimarães

  
Deputado Toninho Wandscheer



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 112/2014**

Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CARLO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado VADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 112/2014**

**Projeto de Lei nº. 112/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 3.195/1957 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL, DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DO PARANÁ, COM SEDE NESTA CAPITAL” PARA “ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 3.195/1957. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social, da Escola de Serviço Social do Paraná, com sede nesta Capital.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Familiar e Social, da Escola de Serviço Social do Paraná, com sede nesta Capital" para "Associação de Educação Familiar e Social do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



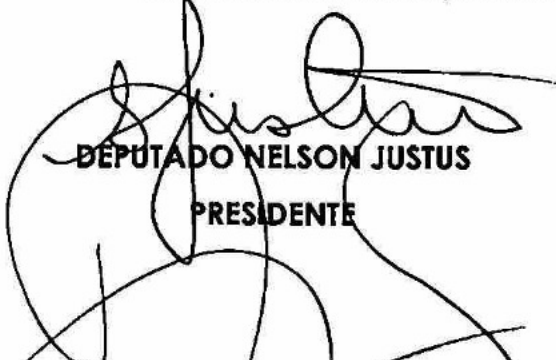
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

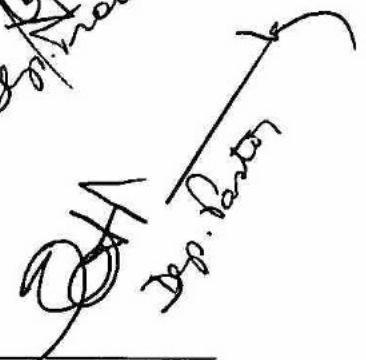
  
Dep. Aníbal

  
Dep. Carlos

  
Dep. Henrique

  
Dep. Trunini

  
Dep. Traiano

  
Dep. Renter

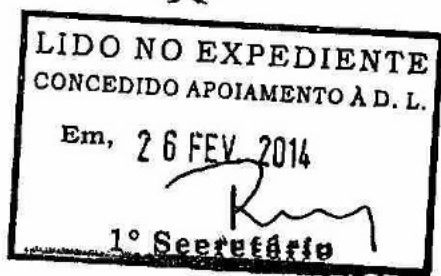
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**PROVADO**  
25.03.14 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



**PROJETO DE LEI Nº 113 /2014**

Altera a Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2014**

**Projeto de Lei nº. 113/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 5.466, de 9 de janeiro de 1967, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 5.466/1967 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR BETÂNIA, COM SEDE NA CIDADE DE MARINGÁ” PARA “LAR BETÂNIA DE MARINGÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 5.466/1967. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia, com sede na cidade de Maringá.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação do "Lar Betânia, com sede na cidade de Maringá" para "Lar Betânia de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

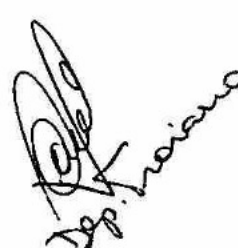
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

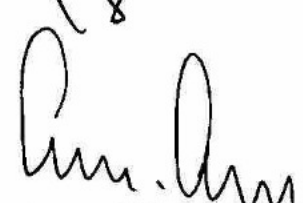
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**Dep. Paulo**

  
**Dep. Traci**

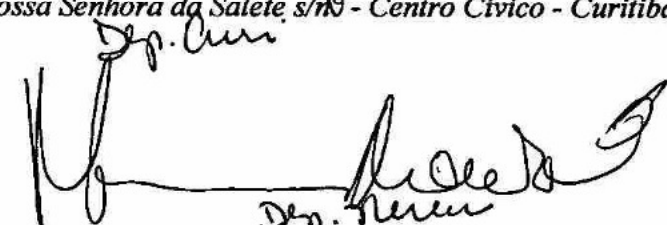
  
**Dep. Henrique**

  
**Dep. Moiano**

  
**Dep. Luis**

  
**Dep. Pastor**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**Dep. Nereu**

**APROVADO**

**25.03.14**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 114 /2014**

Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Resgate – Casa de Recuperação, com sede e foro no Município de Goioerê".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 114/2014**

**Projeto de Lei nº. 114/2014**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

**Súmula:** Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.260/2006 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ENTIDADE RESGATE CASA DE RECUPERAÇÃO PARA HOMENS” PARA “RESGATE – CASA DE RECUPERAÇÃO” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 15.260/2006. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens, com sede e foro no Município de Goioerê.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens" para "Resgate - Casa de Recuperação", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



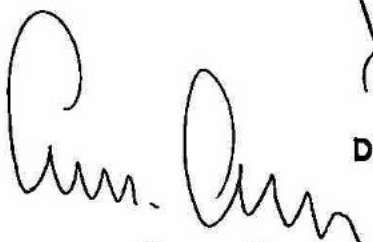
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

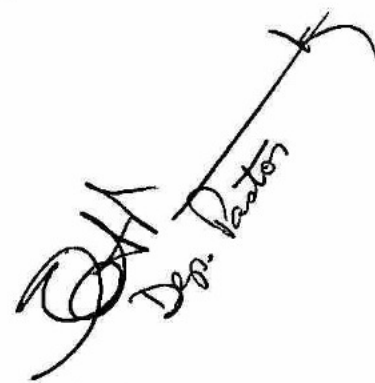
  
Dep. Curi

  
Dep. Corbi

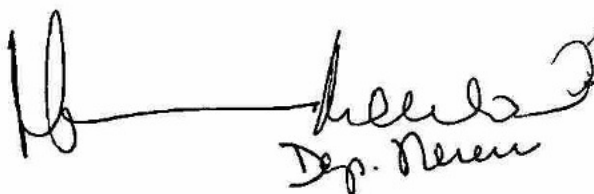
  
Dep. Turini

  
Dep. Troiano

  
Dep. Hume

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

25.03.14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**  
Em, 17 MAR/2014  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 129 /2014**

Altera a Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Espírita Mariliana Barbosa, com sede e foro no Município de Castro”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 129/2014**

**Projeto de Lei nº. 129/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.855/1976 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “LAR MARILIANA BARBOSA” PARA “OBRAS SOCIAIS ESPÍRITA MARILIANA BARBOSA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 6.855/1976. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o “Lar Mariliana Barbosa”, com sede e foro na Capital de Castro.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação do "Lar Mariliana Barbosa" para "Obras Sociais Espírita Mariliana Barbosa".

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



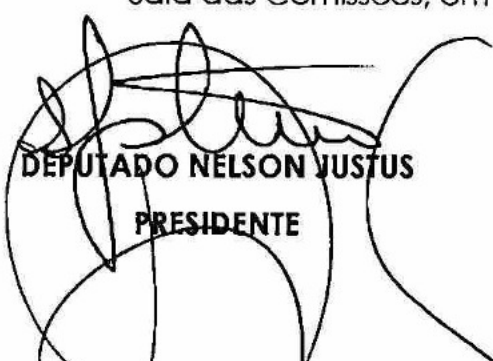
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 01 de abril de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
**Dep. Durini**

  
**Dep. Scanavacca**

  
**Dep. Vericles**

  
**Dep. Durini**

  
**Dep. Durini**

  
**Dep. Pastor**

**APROVADO**

**01/001/14**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 129/2014**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 129/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** A Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Espírita Mariliana Barbosa, com sede e foro no Município de Castro."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Espírita Mariliana Barbosa, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de Abril de 2014.

**Deputado Fernando Scanavacca**

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Av. Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

01104114



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 3/14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 31 MAR. 2014

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de dezembro de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de dezembro de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 26 de março de 2014.

DEPUTADO DUILIO GENARI  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA**

### **Justificativa**

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 045/2014/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de dezembro de 2013, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

Assim sendo, entende esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 26 de março de 2014

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
Relator

Dep. Alexandre

Dep. Aníbal Khury

Dep. Bulhões

VETO 3/14

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 MAR 2014

1º Secretário

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 2/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 653/2013, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo revogar a Lei nº 11.121, de 30 de junho de 1995, que declarou de utilidade público as seguintes entidades: Associação dos Municípios do Vale do Ivaí – AMUVI; Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba – ASSOMEC; Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP; Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná – AMCESPAR; Associação dos Municípios do Médio Paranapanema – AMEPAR; Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense – AMSOP; Associação dos Municípios Sul Paranaense – AMSULPAR; Associação dos Municípios de Entre-Rios – AMERIOS; Associação dos Municípios do CANTUQUIRIGUAÇU; Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais – AMCG; Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná – AMSULEP; Associação dos Municípios do Litoral do Paraná – AMLIPA; Associação dos Municípios do Norte do Paraná – AMUNOP.

Os Senhores Deputados autores do Projeto de Lei em exame justificaram o mesmo entendendo que deveria ter sido editada uma lei específica para cada entidade.

O não acolhimento ao referido Projeto de Lei decorre do fato de, caso as entidades estejam em situação regular, as mesmas seriam em muito prejudicadas se a pretendida medida fosse convertida em lei.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICH**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.722.817-7

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 12/03/2014

Presidente





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SEEG  
CTL  
Fls. 04



## Projeto de Lei nº 653/2013

(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion,  
Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Andre Bueno)

Revoga a Lei nº 11.121, de 30 de junho de 1995.

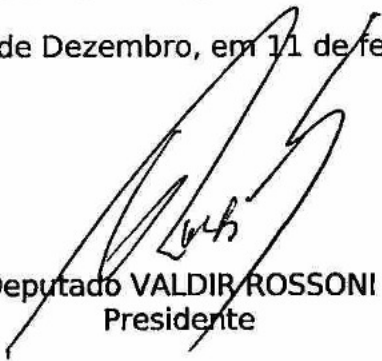
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Revoga a Lei nº 11.121, de 30 de junho de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de fevereiro de 2014.



Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário



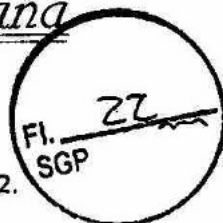


# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 653/2013

fls.2.



## JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública a diversas associações de Municípios.

No entanto, tal possibilidade não se mostra possível conforme exposto no parecer anexo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 03/2014**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 03/2014**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta o projeto de lei nº 653/2013, que revoga a Lei nº 11.121, de 30 de Junho de 1995.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 653/2013, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, revoga a Lei nº 11.121/1995, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléa Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléa Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 653/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **18 de Fevereiro de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 03/2014, foi



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



exarada em data de 12 de Março de 2014, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.

*Dep. Terno*  
*Dep. Furim*

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEP. ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**

*Dep. Nader*

*Dep. Scavone*  
*Dep. Traiano*

**APROVADO**  
18.03.14

*Dep. Nader*